

“A CIDADE É MAIS IMPORTANTE DO QUE A ARQUITETURA”

Entrevista concedida à revista AO LARGO pelo arquiteto *Ernani Freire*¹.

AO LARGO: Você pode falar um pouco sobre a especialização do Escritório?

EF: Defendo muito a postura do arquiteto pluralista, que seria o contraponto da especialidade, essa coisa de aprender uma coisa fazendo outra. Poder trabalhar em programas diferenciados de arquitetura. A gente sempre fez de tudo aqui no Escritório. Sempre fomos crescendo novas categorias de projetos, como foi o caso dos projetos de reconversão/requalificação de edifícios de interesse histórico e/ou arquitetônico, algo em que começamos a entrar nos anos 80. O Escritório é pioneiro nessa categoria de projetos no Rio de Janeiro. O Rio é a melhor grande cidade brasileira para exercer esse tipo de projeto, uma vez que possui um acervo arquitetônico riquíssimo, por ter sido capital da colônia, do Império e da República. Ao longo de toda essa trajetória político-cultural, o Rio conseguiu construir um acervo arquitetônico e uma infraestrutura urbana de excelente qualidade. Depois da mudança da capital para Brasília, nos anos 60, muitos prédios importantes ficaram vazios ou subutilizados e, por isso, passíveis de novas ocupações e utilizações. Os projetos de requalificação foram potencializados e ganharam força com o crescimento e difusão da preocupação com a sustentabilidade. E, devo dizer, entre requalificar um prédio e demolir para construir outro, existe uma enorme diferença em termos de sustentabilidade. O que se faz com os restos de uma demolição? O custo de uma demolição é absurdo. Fora a questão da memória, são prédios que já estão ambientados na cidade. Eles funcionam não só como referências, mas como identidade da cidade. Quando se destrói um prédio desses, destrói-se um pedaço da memória. Mas é preciso implantar nesses prédios condições de conforto, de sustentabilidade, de novas tecnologias, adaptar seus espaços internos à vida contemporânea. Acho que é esse o caminho. É muito interessante tudo o que um projeto de requalificação envolve.

¹ Ernani Freire, arquiteto, graduado pela FAU/UFRJ em 1971. Pós-graduação em sustentabilidade no projeto: design, arquitetura e urbanismo – CCE/PUC-Rio. É titular do escritório EF&A arquitetos (www.efarquitectos.com.br; @efarquitectos), no Rio de Janeiro, desde 1975. Tem atuado intensamente na área de requalificação arquitetônica. É responsável por projetos como Parque das Ruínas, Anexo do Museu da Chácara do Céu, Casa Daros, CAL – Faculdade de artes cênicas, requalificação do Largo do Boticário, entre outros. Desenvolve atividade acadêmica como professor de projeto do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, cadeira de Revitalização e Reutilização.



Residência no Largo do Boticário, Cosme Velho, Rio de Janeiro.

AO LARGO: Você costuma traçar uma diferença entre restauro e revitalização. Como você as distingue?

EF: Muita gente tem dúvidas sobre a diferença entre restauro e revitalização, reconversão, reabilitação. É uma "ciência" de muitos nomes que tem, basicamente, a

mesma essência. Nós, aqui do Escritório, somos essencialmente arquitetos da intervenção. É isso o que nós estudamos, pesquisamos, nos dedicamos e viajamos para visitar, e é também do que trata a minha cadeira no Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio junto com o professor João Calafate. Estamos há mais de 15 anos no curso de Arquitetura na PUC-Rio na Cadeira de Revitalização e Reutilização. O restauro para nós é uma disciplina auxiliar como é a engenharia estrutural, como são as instalações prediais e as instalações de alta tecnologia. Quando você restaura um prédio, de certa forma, você volta ao que ele era. Há aqui uma questão temporal. Num projeto de intervenção/requalificação é básico incorporar ao prédio as possibilidades de modernidade, de tecnologia, de espacialidade, de fluxos. Um projeto de intervenção deve prever tudo isso e manter sempre a essência da construção original. Você faz intervenções que ofereçam essa contemporaneidade não só no uso como no próprio aspecto. Agora, a grande questão está em fazer isso com lastro teórico: entender o que conservar, aonde intervir e como intervir. Você seleciona elementos da arquitetura original do prédio e, às vezes, joga uma luz, no sentido figurado, em cima desses elementos que podiam até estar meio esquecidos; você passa a valorizá-los, a potencializá-los para que possam gerar um contraponto com os elementos novos da intervenção. Uma questão importantíssima num projeto de intervenção é deixar muito claro quais são os elementos da arquitetura original do prédio que estão sendo conservados e quais são os elementos construtivos da intervenção. Essas duas linguagens devem possibilitar uma leitura muito clara e constituir um novo objeto arquitetônico.



Maquete do Anexo do Museu da Chácara do Céu, Santa Teresa, Rio de Janeiro.

AO LARGO: O Escritório é responsável pelo projeto do prédio anexo do Museu da Chácara do Céu, como esse tipo de proposta de construção de um prédio anexo se encaixa nos projetos de intervenção?

EF: Nessa categoria de projetos de intervenção, de requalificação, ao se formular novos programas, novos usos para antigas construções é comum que surja a necessidade de se ampliar essa área construída, dependendo dos terrenos, do sítio em que ele se encontra. Às vezes, surge a possibilidade não exatamente de uma ampliação, mas da construção de um anexo, de um prédio anexo que se junta para complementar o programa de arquitetura. De um modo geral, a construção de um anexo é mais recomendável a partir da análise da implantação. Existe um aspecto, uma percepção que é muito importante, que o pessoal do patrimônio usa muito, que é a "capacidade de suporte". Quando você está trabalhando em cima de um prédio antigo, no trabalho de revitalização, e percebe que o programa que se deseja implantar para essa nova utilização é maior do que o prédio é capaz de absorver, é uma força de tentar fazer caber todo o programa dentro de um prédio existente. Em alguns casos, quando você tem terreno ou quando você tem possibilidade de incorporar um terreno vizinho, a construção de um anexo é uma possibilidade melhor. Foi o que a gente fez num projeto mais antigo, obra contemporânea, que está em curso: o anexo do Museu da Chácara do Céu, Fundação Raymundo Castro Maya, em Santa Teresa. Foi um trabalho de longo prazo num sítio tombado, uma casa modernista icônica no Rio de Janeiro, projeto do arquiteto Wladimir Alves de Souza de 1954, que foi a residência do super empresário, cidadão do mundo, cidadão carioca, importantíssimo aqui, Raymundo Castro Maya e, depois da morte dele, o espaço virou uma fundação e um museu. É um acervo de obras de arte fantástico, muito variado e a casa sempre funcionou como pavilhão de exposição, como reserva técnica e como escritório administrativo. Mas a casa foi construída para ser uma residência e tem uma importância arquitetônica enorme. O projeto da casa é muito interessante. O sítio, o terreno é fantástico. Castro Maya era um homem obsessivo de muito bom gosto e de uma cultura enorme, bibliófilo, um cara super requintado culturalmente, apaixonado pelo Rio de Janeiro. Essa casa, quando ficou para a fundação Castro Maya e virou o museu da Chácara do Céu, não tinha equipamentos, não tinha condições técnicas de absorver um acervo daquela importância. Ele é um museu pequeno, mas que seria de excelência em qualquer lugar do mundo. A ideia da construção de um anexo surgiu na administração da Vera de Alencar que está há muito tempo no cargo e é uma figura super dinâmica que comprou a empreitada de levar adiante essa construção. É um projeto muito interessante e um caso típico da necessidade de se construir outro prédio, de apoio técnico, para

justamente transformar o que já existia num museu profissional. A ideia era basicamente essa: criar uma alternativa dentro do terreno que tem um imóvel com tombamento federal, com o projeto da casa de Wladimir Alves de Souza, dedo do Lúcio Costa na implantação, parte do jardim de Burle Marx, ou seja, uma equipe e um proprietário que sabiam rigorosamente o que queriam. O projeto do anexo teve início há mais de 17 anos. Se procurou, dentro do terreno, uma posição em que se agredisse o mínimo possível suas condições topográficas e paisagísticas. Neste projeto, se aplicou o que eu chamo de “micro urbanismo”: ele não se detém em valores absolutos, ou seja, em simplesmente atender o programa de necessidades proposto. Nesse caso, procuramos um olhar mais abrangente sobre o sítio para ver as relações que se podia estabelecer com os terrenos vizinhos, com as ruas e com a cidade. Nesse caminho, descobrimos a possibilidade de criar um novo acesso para o museu onde havia um portão de serviço subutilizado dando para a rua Dias de Barros, a rua mais larga e mais plana de Santa Teresa. Resolvemos propor por ali um novo acesso ao museu. Esse conjunto de decisões, obviamente, ninguém faz sozinho, é um trabalho da equipe aqui do Escritório junto com a direção do museu e no diálogo permanente com os órgãos de patrimônio. Formulamos um projeto do anexo de apoio técnico que contém basicamente tudo que esse museu precisa. Com ele, a casa em si se transformaria unicamente num pavilhão de exposições. A reserva técnica (o museu tem um acervo muito variado de telas, papéis, livros antigos, porcelanas, cristais, móveis brasileiros, tapeçarias) é o coração do museu e ela foi projetada dentro dos parâmetros técnicos da maior qualidade, e está sendo construída com a assessoria de especialistas. O anexo tem um auditório de conferências que pode ser usado para pequenos concertos também. Tem os laboratórios de restauro, tem biblioteca de consulta com acesso ao público e tem uma relação, obviamente, com o museu. É uma construção que procura se ajustar ao terreno e está praticamente toda construída do nível do pilotis para baixo abrindo a possibilidade deste novo acesso. É muito interessante o projeto, porque tem um plano inclinado que é um engenho típico de Santa Teresa, dos lugares com uma topografia mais acidentada da cidade e possibilitando esta nova entrada, mais fácil, democratizando o acesso ao museu. Hoje, o acesso é mais difícil, você só chega de carro particular e, com esta nova entrada, que está muito próximo à Estação Curvelo do novo bonde de Santa Teresa, pode-se facilmente estacionar na porta um micro ônibus de turismo, por exemplo. Então, cria-se uma série de conexões com o bairro, com a cidade, que são importantíssimas para a vida do museu. Esse plano inclinado quando passa pelo anexo faz as vezes de elevador e segue até o nível pilotis do museu atual, que é justamente o início da visitação e a cobertura do anexo, que chamamos de Jardim das Esculturas. É o platô que se abre sobre a vegetação existente: uma vista deslumbrante sobre a Baía de

Guanabara, sobre o Pão de Açúcar, uma vista da qual não se tinha noção. Quando se chegou a esse nível da laje, se conseguiu vislumbrar uma perspectiva nova da cidade do Rio que não se devia perder por nada.



Jardim das Esculturas, Anexo do Museu da Chácara do Céu, Santa Teresa, Rio de Janeiro.



Parque das Ruínas, Santa Teresa, Rio de Janeiro.



Vista do mirante do Parque das Ruínas, Santa Teresa, Rio de Janeiro. Fotografia: arquivo do escritório EF&A arquitetos.

AO LARGO: Qual é a diferença de abordagem, de processo de trabalho, entre começar um prédio em um terreno vazio e o de um projeto de intervenção em um prédio já construído ou de um prédio anexo a um conjunto arquitetônico pré-existente?

EF: Em última análise, não tem grandes diferenças. Na medida em que o prédio é bem feito ele proporciona um trabalho de intervenção de melhor qualidade. Mas tanto o projeto a partir do zero como o projeto a partir de uma construção existente carregam a mesma intensidade de importância arquitetônica, as premissas são as mesmas: conhecimento do terreno do prédio, do caráter construtivo dele, alguma informação histórica independente da importância do prédio. É importantíssimo trabalhar em cima de um lastro teórico e histórico consistente. Acho que juntar, justamente, o conhecimento do caráter construtivo do prédio, as informações históricas, saber quando foi feito, pra que foi feito... esse aspecto da mudança de uso é fascinante. O prédio foi projetado para uma coisa e anos e anos depois, ele tem uma segunda vida, uma segunda chance, com uso diferenciado. No terreno, você precisa conhecer, ter um olhar muito atento à paisagem natural, aos vizinhos, à rua, como tudo isso se relaciona com

a ambiência e com a paisagem construída. A junção das duas paisagens, a natural e a cultural. Quantos aspectos variados devem ser levados em conta num projeto desses, aspectos geográficos, construtivos, tecnológicos, subliminares? Numa casa de praia é a vista do mar, o vento dominante, o barulho das casuarinas, tudo deve ser levado em conta para se desenvolver os tipos de estrutura, o sistema construtivo, os materiais a serem utilizados e, obviamente, ouvir o cliente.

AO LARGO: A década de 1960 é um momento crucial da arquitetura brasileira, quando ela desempenha um papel considerável no projeto coletivo de pensar e transformar o país. No contexto atual, como a arquitetura praticada no Brasil de hoje poderia melhor dialogar com os impasses de nosso tempo?

EF: A arquitetura brasileira teve, realmente, uma importância enorme. Acho que a arquitetura dos anos 30 aos 70 (pois passa dos anos 60, vai além disso) é de altíssima qualidade. Foi a época em que a arquitetura brasileira foi descoberta no exterior. O Brasil teve um protagonismo fantástico na arquitetura. Acredito que a arquitetura mundial seria outra se não fosse a qualidade da arquitetura brasileira dos anos 30 aos 70. Prédios da importância de um Ministério da Educação, de uma ABI (dos irmãos Roberto e que é contemporâneo do prédio do MEC, projetos da década de 30). Prédios que deflagraram escritórios de arquitetura da melhor qualidade. O próprio Le Corbusier, foi aqui que construiu seu primeiro prédio importante. O MEC, é, na minha opinião, o prédio mais importante da arquitetura contemporânea no mundo. Lucio Costa coordenou uma equipe, em que Le Corbusier foi consultor, e criaram um prédio único de onde surgiram os expoentes da arquitetura moderna brasileira. Trabalharam nesse projeto Ernani Vasconcelos, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy e Jorge Moreira. Era um time de 8 a 10 arquitetos importantíssimos que vieram depois a florescer. O próprio Oscar Niemeyer era, talvez, o mais jovem dessa equipe. E existem histórias fantásticas no desenvolvimento desse projeto e estavam ali todos os preceitos da arquitetura moderna: pilotis, estrutura independente, uso do *brise-soleil*, transparência em toda a fachada sul. Quer dizer, o uso da geografia no projeto, que é importantíssimo. A gente já foi muito mais verde no período áureo da arquitetura moderna brasileira. A gente buscava a participação da geografia, a questão da orientação solar, de ventos dominantes, de elementos de sombreamento, uma série de coisas importantes que faziam com que os prédios, de certa forma, prescindissem de soluções mecânicas. Usava-se a natureza a favor das construções. O próprio recurso do terraço jardim: o MEC, um projeto de 1936, tem terraço lá em cima, é como se ele recuperasse na

cobertura o terreno que ocupou no plano do chão, a cota zero. O prédio do MEC é um resumo de tudo o que é importante a ser levado em conta num bom projeto de arquitetura.



Passarela que une o Parque das Ruínas ao Museu da Chácara do Céu. Fotografia: arquivo do escritório EF&A arquitetos.

AO LARGO: Como pensar as questões de sustentabilidade em arquitetura com o crescimento das cidades e das populações?

EF: A população urbana no mundo aumenta exponencialmente e as cidades precisam crescer para absorver essa população toda. Como orientar o crescimento ou a expansão de uma cidade de forma inteligente, racional, ecológica tem sido uma preocupação dos urbanistas do mundo inteiro e tem aspectos aí que acredito serem quase uma unanimidade entre os urbanistas que é o adensamento da cidade. Propor cidades mais densas, ocupando os vazios urbanos, onde as distâncias sejam menores, exijam menos deslocamento, com espaços de convivência agradáveis e bem desenhados. A importância de repensar a questão do zoneamento, misturar os usos – moradia, comércio, serviços, lazer numa mesma área. Em várias cidades do mundo como Nova York, por exemplo, esse aspecto tem se desenvolvido muito. Manhattan,

onde todo mundo que vai, aprecia é, em última análise, uma cidade densa e extremamente agradável, com uma mistura de usos muito bem dosada, para que se possa, justamente, resolver essa questão do habitar, do morar, do trabalhar, do viver. Ao contrário dos pressupostos da Carta de Atenas, dos anos 30, quando a receita era separar as funções da cidade. Um exemplo flagrante é o Centro do Rio de Janeiro. O fato de não se ter habitação no centro da cidade, onde já existe uma infraestrutura fantástica, com qualidades arquitetônica e urbanística excelentes, enfim, uma infraestrutura incrível! Não há qualquer coisa que se pense em matéria de equipamento urbano que o centro da cidade não tenha, mas com uma capacidade ociosa incrível, só funcionando 40 horas por semana, e ainda forçando duas vezes por dia, toda uma população a vir para dentro e sair para fora desse centro, causando ao longo desse trajeto os problemas de tráfego que a gente está habituado a vivenciar no dia a dia. Existe, enfim, uma infinidade de questões para serem repensadas: ter habitação no centro da cidade é fundamental! Para que se tenha uma utilização da infraestrutura existente durante um maior espaço de tempo o que falta, basicamente, é habitação.

AO LARGO: A ideia de uma cidade mais compacta, mais adensada, é viável numa metrópole de quase 7 milhões de habitantes como o Rio de Janeiro?

EF: O Rio é uma metrópole e acho que tem que ser visto e tratado como uma metrópole. Crescer mais, jamais. A gente tem muito o que fazer dentro da área urbana da cidade do Rio de Janeiro, que é enorme, é diversa. A gente tem que resignificar muitos espaços públicos, muitos prédios importantes, antes de sair construindo impensadamente. É preciso ter mais densidade intelectual pra pensar em coisas que levam uma cidade a ter consistência. A proposta da expansão é muito prática, mas é primária, né? É se construir onde não tem nada construído. E as consequências de uma expansão pura e simples são terríveis. Você continua investindo numa cidade não infra-estruturada, numa cidade com maiores distâncias. Porque os centros, onde estão os trabalhos, eles continuam basicamente os mesmos. Para, realmente, se criar um bairro novo, seria preciso que se criasse não só habitação, mas todas as funções de uma cidade. E a gente já tem isso. Pra que fazer outra? A gente tem justamente que adensar os lugares certos, que já são ocupados pela cidade que está aí. Isso exige um trabalho muito interessante de pesquisa de vazios urbanos que já sejam dotados de uma infraestrutura. Como disse, é preciso um trabalho de pesquisa para descobrir esse lugares e ocupar de forma inteligente.



Galeria de Fotografia, Rua do Mercado, Centro do Rio de Janeiro.

AO LARGO: Você vê o mercado imobiliário como responsável por uma expansão desordenada da cidade?

EF: Em qualquer cidade do mundo ser contra o mercado imobiliário é como ser contra a geladeira. Você tem que se adequar e acho que se perdeu isso aqui. O Rio de Janeiro, enquanto foi capital da República e até o início dos anos 70, tinha uma qualidade construtiva, uma qualidade de desenho urbano. Um exemplo é o Aterro do Flamengo. Quando eu vinha ao Rio com meu pai, me hospedava no Hotel Serrador e assistia o aterro ser construído, o museu de Arte Moderna. O aterro físico, o avanço para o mar, e o aterro como paisagismo, com projetos incríveis implantados, o Monumento das Pracinhas, o MAM do Reidy, os equipamentos menores. Era uma época de excelência construtiva, os jardins do Burle Marx, o trabalho fantástico da Lota Macedo Soares como coordenadora desse projeto gigantesco, e num governo do Carlos Lacerda que, ao mesmo tempo que se fez o aterro estava fazendo o túnel Rebouças, o túnel Santa Bárbara, a adutora do rio Guandu, projetos gigantescos rolando na mesma cidade. Isso que se perdeu. Eram obras consistentes, obras com reflexão e com uma visão geral da cidade, cada projeto como parte de um plano maior de desenvolvimento. O que acho que o Brasil perdeu hoje, em todos os aspectos, não estou nem falando da arquitetura e do urbanismo, é a ideia de projeto: é um país sem projeto e um país sem projeto é um país sem rumo. O que falta hoje é projeto. Ironicamente, uma coisa pela qual os arquitetos têm brigado muito e com toda razão é a questão deles poderem elaborar um projeto até a fase do Projeto Executivo. A fase do Projeto Executivo, onde tudo é detalhado até às últimas consequências, se não elimina, pelo menos, diminui muito o risco de todas essas falcatruas que estão por aí. Agora, o que tem acontecido na prática é que as empreiteiras, em última análise, mandam no projeto e são elas as responsáveis

por liderar esses grandes trabalhos. São elas que contratam os escritórios de arquitetura. Os escritórios são reféns das empreiteiras. A questão não é acabar com as empreiteiras, mas ordenar esse processo. O projeto executivo minimiza os termos aditivos, minimiza que se invente qualquer coisa, porque está tudo previsto desde o início. Quanto mais detalhado o projeto, mais detalhado é o orçamento da obra e você pode realmente ter um controle muito maior. Obviamente, não se vai acabar com o mercado imobiliário, são coisas necessárias que devem ser ordenadas. Quando se fala do projeto do Porto Maravilha, os arquitetos podem até ter críticas. O *master plan* podia ser melhor, mais consistente, é uma pena! Houve uma certa pressa na implantação do projeto da região do porto do Rio. Coisas podiam e podem ser revistas. O processo de ocupação de uma área daquelas leva anos, não é uma coisa para se fazer em pouco tempo. Mas é uma área importantíssima da cidade. Algumas cidades do mundo fizeram isso muito bem. Temos exemplos muito consistentes da renovação das frentes marítimas. Por mais que se possa criticar, o Puerto Madero, em Buenos Aires (tem muita gente que critica, que se criou uma zona de elite) recuperou uma parte da cidade de altíssima qualidade arquitetônica. Recuperou-se a área dos armazéns que foram muito bem reciclados e, depois, o projeto se expandiu para o outro lado do canal, do antigo porto. Pode haver críticas e acho que essas ocupações podem ser sempre redirecionadas. Acho que hoje existe uma participação um pouco exagerada do mercado imobiliário, principalmente, na parte em frente aos armazéns que vai na direção do rio da Prata. Às vezes, por implantação de um projeto qualquer, você tem mais um mix de ocupação. Acho que misturar as classes sociais é algo fundamental, mas isso exige a participação dos governos. Não vai se esperar que o mercado imobiliário proponha isso. O governo tem de reger, impor regras para que essas coisas possam acontecer em uma cidade. A gestão de uma cidade, em última análise, é do governo municipal, estadual, federal. Mas estamos muito longe disso do ponto de vista político.

Projeto do Porto Maravilha, para a importância que essa área tem para cidade do Rio de Janeiro, para a expansão do Centro, dessa centralidade do Rio de Janeiro, foi um projeto que acabou sendo gerido por construtoras. O grande erro foi esse, você não ter um projeto conceitualmente concebido por arquitetos, por urbanistas. Ele ficou muito na mão do mercado imobiliário. Claro que a participação do mercado imobiliário é importante. Mas a gente tem uma legislação perversa em relação a isso. Quando os escritórios de projetos (isso vale para qualquer projeto) são contratados diretamente pela construtora, isso gera uma série de problemas graves. A construtora, em última análise, visa o lucro. Quanto mais lucro ela puder ter, melhor. Então, os arquitetos projetistas viram reféns dessa lógica. Quando eu falo que o *master plan* desse projeto

deveria ter sido objeto de um concurso internacional, como foram em outros portos importantes do mundo, acho que entram outros atores da sociedade para sua implantação. A questão do Projeto Executivo é importantíssima, a questão das empreiteiras serem colocadas no seu devido lugar. Defendo, antes de tudo, a cidade e o país onde o projeto manda na obra.

AO LARGO: Na história do Rio de Janeiro, a relação dos habitantes com o espaço urbano e com a paisagem da cidade sofreu inúmeras modificações. Entre elas, podemos citar a (recente?) centralidade do mar no imaginário social da cidade, e que difere, por exemplo, dos modos de habitar da arquitetura colonial portuguesa, que raramente privilegiava a orla ou a margem dos rios na concepção de suas moradias. Um contraponto a esse magnetismo que a praia exerce sobre o modo de habitar dos cariocas (e seus efeitos perversos na especulação imobiliária), poderia ser melhor desempenhado pela Floresta da Tijuca e pela criação e/ou valorização de áreas verdes em diversos pontos da cidade. 150 anos depois do replantio da Floresta da Tijuca, você vê a possibilidade de iniciativas semelhantes que possam de fato atenuar o impacto do adensamento urbano no Rio de Janeiro e melhorar suas condições ambientais? Como fazer do Rio uma cidade mais verde e mais preparada para um anunciado colapso ambiental?

EF: A relação dos habitantes do Rio com o mar não é tão nova assim. História não é exatamente a minha especialidade, mas até onde sei, havia um eixo muito mais ligado ao que vocês estão chamando de cultura portuguesa. Era um eixo que ia do Paço de São Cristóvão à Praça XV. Isso começa a mudar no início da República, quando a sede do governo passa a ocupar o Palácio do Conde de Nova Friburgo, o atual Palácio do Catete, se aproximando do mar. O eixo que vinha do Paço de São Cristóvão até a praça XV, progressivamente, se estendeu primeiro até a atual Cinelândia e depois seguiu o caminho da Beira Mar pela Glória, pelo Flamengo, por Botafogo e, mais tarde, houve a construção dos grandes hotéis. O Hotel Copacabana Palace, ainda em um areal em Copacabana e do próprio Hotel Glória e, então, a descoberta do mar pela população. As praias são realmente uma área de lazer fantástica e o Rio sempre teve a característica do uso intenso dos espaços públicos. Então, acho que esse magnetismo do mar não é algo tão novo no Rio. Mas o mercado imobiliário, realmente, pode ser perverso em certos aspectos, mas não acho que seja uma característica exclusiva do Rio de Janeiro explorar sua frente marítima. Isso existe, de alguma maneira, em qualquer cidade à beira mar do mundo. Mas a questão do Rio com a paisagem é histórica. A gente pode citar coisas incríveis não é de hoje, por mais que tenhamos sido

agressivos com a paisagem. O escritor francês Paul Claudel, embaixador da França aqui no início do século XX, dizia que o Rio, em sua história, nunca conseguiu expulsar a paisagem natural da cidade. Não é à toa que hoje, o Rio é capital mundial da arquitetura e é Patrimônio Mundial da Humanidade, justamente por essa relação da paisagem natural com a paisagem construída. Por mais que a paisagem natural tenha sido agredida e ocupada de forma não tão correta através dos tempo, ela sempre esteve muito presente na cidade.

A Floresta da Tijuca não é paisagem “natural”, é reconstruída numa atitude fantástica. É obra de um planejamento. Em São Cristóvão, por exemplo, temos a Quinta da Boa Vista, que é uma área incrível. Quando falo nos parques de Buenos Aires, nos projetos paisagísticos do Carlos Thays, discípulo do Glaziou, que foi quem desenhou a Quinta da Boa Vista, são atitudes do mesmo tipo na história do Rio. E vemos que nem tudo é mar. Por maior magia que o mar exerça sobre a população do Rio de Janeiro, temos também a floresta. O Rio é mar e montanha.

Mesmo a questão da especulação imobiliária que super valoriza os terrenos próximos do mar, cria uma classe que tem que permanecer (por questões econômicas) um pouco mais afastada, em áreas de menor custo de ocupação. E o Rio tem lugares muito agradáveis, tem subúrbios agradabilíssimos. Agora, o que está faltando é, justamente, desenho e planejamento. Quando eu comparo o Rio de Janeiro a Buenos Aires, cidades contemporâneas, digo que Buenos Aires é uma prova do poder do desenho, do desenho urbano. Uma cidade que é implantada numa planície, com um rio que não tem nenhuma beleza especial e eles conseguiram construir ali uma cidade lindíssima. Os parques que podem parecer naturais em uma primeira vista, são parques desenhados, são parques planejados. As avenidas e ruas secundárias, a preservação do centro histórico, a questão do patrimônio, que sempre foi muito mais valorizado do que no Rio de Janeiro. Aqui sempre houve uma velocidade excessiva, na minha opinião. Se perdeu muita coisa que acho que hoje não se perderia. Mas acho que, enfim, há lugar para tudo isso e você não precisa, necessariamente, da presença do mar para ter espaços urbanos agradáveis, bem desenhados, com mistura de construções, de sombreamentos. O Rio de Janeiro tem essa questão do verão intenso, com muito calor em que é necessário ter áreas de sombras e plantios. Na realidade, o que falta é planejamento e realidade política para realizar. Coisa que a gente não tem tido, né? O Rio de Janeiro tem tido, realmente, os piores governos que uma cidade pode ter, sucessivamente. É muito difícil uma cidade resistir à qualidade dos governantes que nós temos tido.

AO LARGO: Você acha que a beleza da paisagem natural do Rio tem influência no que a gente poderia chamar de uma falta de cuidado com as construções da cidade?

EF: O Rio de Janeiro é uma cidade implantada numa paisagem única, exuberante, mas não sei até que ponto, principalmente nas últimas décadas, isso contribuiu positivamente pra estética da cidade. Acho que sempre se confiou muito na força dessa paisagem como um elemento que pudesse neutralizar qualquer intervenção equivocada e acho que se derrapou bastante nisso. A paisagem urbana do Rio de Janeiro hoje é lamentável. Eu gosto muito e cito sempre Buenos Aires como uma cidade contemporânea do Rio de Janeiro, mas antes de tudo, a capital de um país com índice de educação de excelência. Isso conta e conta muito. Quando se compara a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de Buenos Aires, o Rio construído nesse sítio fantástico, nessa paisagem incrível, e Buenos Aires num sítio que é zero. E Buenos Aires é uma cidade absolutamente desenhada e de uma beleza incrível, então, tem ali uma cultura urbanística, uma cultura arquitetônica, uma educação de se preservar e valorizar isso que infelizmente nós não temos. O Rio de Janeiro, sem dúvida, continua sendo uma cidade com paisagem natural incrível, mas as intervenções do homem aqui se perderam ao longo do tempo e se fosse possível retirar a paisagem natural, separar uma coisa da outra, nossa cidade seria um desastre.

AO LARGO: E como aliar, então, a arquitetura a essa natureza exuberante?

EF: Conseguimos fazer isso durante muito tempo: justamente, aliar à natureza exuberante a implantação de uma cidade com edifícios, com bairros, com desenhos urbanos compatíveis com essa paisagem natural. Acho que foram os arquitetos e os governos da cidade que entenderam isso, entenderam que havia um compromisso com essa paisagem natural que conseguiram um resultado magnífico. Arquitetos modernistas dos anos 30 aos 70 com desenho dos prédios, a maneira como eles se articulam. O desenho original de Copacabana, o alargamento da orla, ainda foi uma obra de qualidade, feita com a tecnologia dos portugueses, uma coisa que leva em conta a paisagem. O contínuo construído de Copacabana é muito mais interessante do que as construções da orla de Ipanema e Leblon que são prédios separados, afastados das divisas em sua maioria, e tem ali uma competição olímpica, cada um tem que ser mais exuberante do que o outro, isso perde a unidade. Quando você tem um contínuo construído como a praia do Flamengo, Copacabana, com edifícios mais altos, é um tipo de construção que acentua a curva da praia e você ganha um reforço do desenho natural. São coisas feitas por urbanistas, por arquitetos que entenderam esse potencial,

esse patrimônio natural que a cidade tinha e que não deveria perder. A cidade é mais importante do que a arquitetura, Buenos Aires tem isso muito claro. A questão do skyline, das coberturas dos prédios. Em qualquer cidade culturalmente avançada do mundo cuida-se muito bem do embasamento (base da construção no nível da rua) e do skyline. Esse patrimônio natural deveria ser reconhecido em qualquer atitude de intervenção no Rio de Janeiro. Pensar na cidade em cada atitude projetual, mesmo que seja numa intervenção privada, particular.

Não há dúvida que a questão do zoneamento na cidade do Rio de Janeiro é ultrapassada e precisa ser revista. No zoneamento vigente, o lote urbano é pensado de fora pra dentro. A legislação prevê o que pode ser feito dentro dos domínios do lote urbano sem considerar a sua relação com o entorno – próximo e distante. É preciso levar em conta questões de escala, ambiência, contexto e etc. Aspectos que têm sido esquecidos em detrimento do tratamento do lote em valor absoluto. Por esse caminho, acaba-se construindo várias individualidades que não se somam. É indispensável que o zoneamento urbano no Rio de Janeiro seja repensado, discutido e posto em prática.



Bilheteria, Casa Daros, Botafogo, Rio de Janeiro.

AO LARGO: A Casa Daros foi um ganho incrível para a cidade e que se perdeu muito rapidamente. Mesmo com o fim da instituição, o governo não podia ter lutado para manter aquele espaço aberto ao público depois de tanto investimento?

EF: O governo e a população. A população pressiona o governo para o governo agir em certas direções. Existe aí uma junção de forças na direção certa para que não se percam espaços como a Daros. Realmente, se atingiu ali um nível de qualidade projetual poucas vezes visto na cidade do Rio de Janeiro. Foi uma grande perda para a cidade, perda de essência cultural. Já era um prédio super importante do ponto de vista da arquitetura, um prédio neo-clássico que ganhou muita consistência com as intervenções que sofreu para tentar atender o uso que também era nobre. A questão da necessidade da arte, da arte contemporânea, da arte latino-americana. Era uma conexão também, dessa questão que é histórica, do Brasil ficar meio de costas para a o resto da América do Sul e a Daros era uma grande possibilidade de conexão. A maior coleção de arte latino-americana da Europa.

Antes de tudo, o projeto da Casa Daros é um projeto de requalificação. Talvez, seja a terminologia que melhor defina esse tipo de projeto que a gente tem feito no Escritório: ajustar prédios de importância arquitetônica, de importância construtiva como era aquele prédio. Ele teve vários usos anteriores, tinha sido escola, orfanato, mas o prédio tinha qualidades. O projeto original tinha sido de um dos alunos do Grandjean Montigny, um dos últimos alunos dele no Brasil. Os estudos anteriores da Casa Daros envolveram muita gente, o Glauco Campelo por exemplo, depois o Paulo Mendes da Rocha que chegou quase em fase de ante projeto. Mas nós assumimos já em cima de um programa novo, com o objetivo de promover um enxugamento do projeto. O prédio já era enorme e a gente partiu para pôr em prática um projeto com outro conceito, com uma racionalidade maior, de não construir mais do que a enorme área já construída do prédio original. Desenvolvemos um projeto em que foi muito bom trabalhar. Sempre que se tinha que tomar uma decisão entre duas ou três possibilidades, a escolha era sempre pela melhor. Nem consigo pensar na perda de capital que foi investido ali. Não só no sentido financeiro, mas de investimento de qualidade. Foi um enorme sucesso. E, depois, uma perda enorme. Nem tanto para nós, os arquitetos, porque o projeto já tinha basicamente acabado, apesar de mantermos uma relação afetiva enorme com a Casa Daros, mas digo para a cidade do Rio de Janeiro. A Casa Daros oferecia eventos incríveis, alguns naquele pátio de 1500 m², um pátio que a gente batalhou muito para que não se tivesse nada ali, para que fosse realmente um pátio livre que pudesse receber qualquer tipo de evento. Tinha evento de folclore, de música clássica, tinha o Cine Daros, com projeção ao ar livre com cadeiras de praia, bem carioca.

Houve nesse projeto uma série de possibilidades de se colocar em prática os pressupostos de um projeto de intervenção, de basicamente manter e potencializar elementos da arquitetura original, reconhecer aspectos construtivos da arquitetura pré-existente e potencializar uns, até eliminar outros e criar uma linguagem nova, deixando muito claro o que é do projeto de intervenção o que é a arquitetura original. Na Daros houve uma linguagem muito clara, ninguém precisava ser arquiteto para identificar isso. Tudo isso formava uma espacialidade muito interessante, sem perda da essência da construção original. É um aprendizado importante: antes de dar qualquer traço, exercitar a importância do olhar, reconhecer os aspectos potenciais de um prédio, perceber que ali há uma sabedoria construtiva e que nada foi feito à toa. Você pode até modificar, para um outro tempo, para um outro uso, mas olhe com atenção porque há sempre ali uma sabedoria construtiva sobre a qual se deve refletir o porquê de ter sido feito daquele jeito. Esse foi um projeto onde se pode dizer que, realmente, houve reflexão. Houve muita discussão, foi uma experiência única. Houve um primeiro momento de retirar todos os elementos inadequados de intervenções anteriores. Fazendo quase que uma decupagem, uma limpeza do prédio, cuidando da espacialidade, ajustando certos elementos como a quantidade de janelas, por exemplo. Gerando soluções arquitetônicas quando se precisava de espaço, de suporte para exposições de obras de arte. A questão do uso das tecnologias, da escolha dos melhores sistemas. O que havia de mais sofisticado em matéria de tecnologia estava ali. Mesmo por trás dos forros, havia uma quantidade enorme de implantação de tecnologias. Algo muito importante num projeto onde você tem patrimônio envolvido, a importância de escolher os melhores sistemas, que menos interfiram na arquitetura do prédio, seja na arquitetura original, seja na arquitetura da intervenção. Uma vez, a gente chegou a propor uma exposição num dos salões que se chamaria "o que não se vê", retirando o forro para que se pudesse ver a quantidade e variedade dos equipamentos tecnológicos utilizados, das passarelas de manutenção e etc. Uma pena, não deu tempo, a Casa Daros durou pouco.

AO LARGO: Em que projeto você teria o sonho de trabalhar?

EF: O projeto dos sonhos é sempre o próximo. Antes, ter a capacidade de transformar qualquer novo projeto em projeto dos sonhos. Acho que cabe aos arquitetos atribuir esse valor a cada projeto. Não precisa que o projeto já venha como projeto importantíssimo, do seu sonho, do seu desejo. Você pode operar essa transformação, agregar a esse projeto uma série de valores, acho que a equipe vai atribuir isso a ele. O projeto dos sonhos é "construído" pelo arquiteto.



Circulação, Casa Daros, Botafogo, Rio de Janeiro.